



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

PARECER JURÍDICO

Pregão Eletrônico nº 022/2023

Interessado: Pregoeiro e equipe de apoio.

1 – OBJETO

Trata-se de parecer jurídico referente à impugnação ao edital apresentado nos autos do pregão eletrônico nº 022/2023, cujo objeto é o *“registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis para as Secretarias Municipal de Educação e Cultura, Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação e Secretaria de Saúde.”*

Neste sentido, em síntese, se insurge a impugnante em relação à exigência constante no edital licitatório (no item nº 3.1.12 do termo de referência que o acompanha) de que no momento da entrega, o contratado deverá disponibilizar balança (devidamente aferida pelo órgão competente), para eventual pesagem dos materiais entregues, mencionando que tal exigência não encontra respaldo legal, somente sendo cabível envolvendo a compra de botijões de gás. Assim, solicita que o edital seja retificado para fins de que a exigência impugnada seja removida.

Deste modo, feito este breve resumo da controvérsia posta, passa-se a análise do mérito das alegações.

2 – DO MÉRITO

Em primeiro, para o correto enquadramento da matéria posta a análise, necessário trazer o item do termo de referência que traz a exigência impugnada, que segue:

3.1.12 que as mercadorias sejam pesadas, quando for o caso, no momento da respectiva entrega, ante o Serviço de Fiscalização do Município, em balança que o licitante contratado deverá portar, devidamente aferida pelo



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

INMETRO;


Outrossim, considerando o teor da impugnação apresentada nos autos da presente licitação, o presente parecerista requereu que as Secretarias municipais envolvidas na elaboração do termo de referência apresentassem a justificativa para tal exigência, possibilitando assim a análise de sua adequação e legalidade. Neste sentido, as próprias secretarias envolvidas solicitaram a retificação do edital, para que fosse suprimido o item impugnado.

Portanto, considerando a solicitação de retificação do edital apresentada, indo ao encontro do requerido pelo impugnante, tenho que a impugnação ora em análise perdeu seu objeto.

3 – CONCLUSÃO

Pelo exposto, e nos termos da fundamentação presente acima, opina-se pelo indeferimento da impugnação apresentada, em vista da perda de seu objeto.

Campo Bom/RS, 31 de março de 2023.



Guilherme Schubert Schmidt

OAB/RS: 116.015